

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 13 – Sociologia e Políticas Públicas

Análise de Redes Sociais como ferramenta metodológica para a pesquisa em políticas educacionais: as relações de força na consulta pública da reforma do ensino médio (2023)

Rossano Rafaelle Sczip¹

INTRODUÇÃO

A reforma do ensino médio no Brasil, iniciada pela Medida Provisória nº 746/2016 e posteriormente consolidada na Lei nº 13.415/2017, deu origem a um dos debates mais intensos da política educacional contemporânea. Desde o seu surgimento, o processo foi atravessado por ampla contestação social, impulsionada por movimentos estudantis e por organizações de pesquisadores, que criticaram tanto o caráter utilitarista da proposta quanto a forma autoritária de sua implementação, marcada pela limitação do debate público. Ao longo dos anos seguintes, a efetivação do chamando Novo Ensino Médio (NEM) revelou múltiplas contradições como a fragmentação do currículo, o agravamento das desigualdades educacionais em razão da oferta desigual dos itinerários formativos, a precarização da formação escolar e a crescente subordinação da escola às demandas do mercado de trabalho².

¹Doutor em Educação, professor da rede estadual do Paraná, rafalle1959@gmail.com.

² Para um quadro geral da implementação da Lei 13.415/2017, ver: A reforma do Ensino médio na contramão da democracia. **Revista Trabalho Necessário**. v. 19, n. 39, 2021. Dossiê. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/2497>. Acesso em: 09 nov. 2023; A reforma do Ensino médio em questão. **Retratos da Escola**. v. 11, n. 20, 2017; Dossiê. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/30>. Acesso em: 09 nov. 2023; O que esperar do Novo Ensino Médio? **Retratos da Escola**. v. 16, n. 34, 2022. Dossiê. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/44>. Acesso em: 09 nov. 2023. RODRIGUES DOS SANTOS, Jordan; MIRANDA NEVES, Bruno; FRIGOTTO, Gaudêncio. EDITORIAL. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 6, n. 2, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/94101>. Acesso em: 21 fev. 2026; OLIVEIRA SILVA, C.; KRAWCZYK,

Diante desse quadro, a partir de 2023, o Ministério da Educação (MEC), agora sob a gestão do Partido dos Trabalhadores eleito em 2022 para a presidência, abriu, por meio da Portaria nº 399/2023, um processo de consulta pública com o objetivo de avaliar os impactos do NEM e propor ajustes em sua regulamentação. Nesse contexto, a consulta pública contou, entre seus mecanismos de escuta, com a realização de 12 webinários³ temáticos, organizados pelo próprio MEC, que reuniram especialistas, gestores educacionais, pesquisadores e integrantes da sociedade civil, incluindo fundações e institutos privados.

Paralelamente, ainda que de maneira institucionalmente autônoma, o debate sobre a reforma do ensino médio também se desenvolveu no Senado Federal, por meio das audiências públicas realizadas no âmbito da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil (CEENSINO). Trata-se, portanto, de dois espaços distintos – com naturezas, competências e dinâmicas próprias – que, no entanto, conformaram arenas relevantes de enunciação e disputa, nas quais diferentes frações de classe, mediadas por suas organizações, buscaram influenciar os rumos da política educacional.

Nesse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar as relações de força (Gramsci, 2012) que se expressam nesses espaços, a partir do mapeamento das entidades participantes, de seus representantes e das conexões institucionais e interinstitucionais que estabelecem. Em perspectiva gramsciana, as relações de força não se limitam ao confronto imediato entre posições declaradas, mas expressam diferentes níveis de disputa historicamente constituídos. Elas envolvem, de um lado, a base material e a posição ocupada pelos grupos sociais no processo produtivo; de outro, sua capacidade de organização política, intelectual e moral para dirigir interesses particulares como se fossem universais (Gramsci, 2000; 2001; 2012). Nessa formulação, a hegemonia corresponde justamente à construção dessa direção social ampliada, operada não apenas no interior do Estado em sentido restrito, mas também na sociedade civil, por meio de partidos, fundações, associações, organismos multilaterais, meios de comunicação e demais aparelhos privados de hegemonia. Assim, analisar a política educacional exige observar não somente decisões governamentais formais, mas também as

N. When does an educational policy produce inequalities? A study on the implementation of Law 13.415/2017 in municipalities of the state of Minas Gerais, Brazil. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 34, 2026. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.34.9422>. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/9422>. Acesso em: 14 apr. 2026.

³ Ministério da Educação. (2025). *Webinários com especialistas*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/ensino-medio/webinarios>.

redes de mediação através das quais determinados projetos conseguem produzir consenso, neutralizar resistências e delimitar os horizontes das reformas possíveis.

Para tanto, mobiliza-se a Análise de Redes Sociais (ARS) (Minella, 2013; Shiroma, 2008; Shiroma; Evangelista, 2014; 2008) como ferramenta metodológica, de modo a apreender, para além das posições discursivas, a estrutura relacional que sustenta a produção da política educacional no contexto da reformulação da Lei nº 13.415/2017. Em chave gramsciana, tal esforço implica compreender que a disputa política não se reduz à manifestação imediata de opiniões, mas se inscreve em um processo mais amplo de construção de hegemonia, no qual diferentes grupos sociais buscam afirmar sua direção intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. Nesse sentido, a análise das conexões entre os atores permite identificar não apenas quem participa, mas como se organizam e se articulam os aparelhos privados de hegemonia no interior do Estado integral, operando na produção de consensos e na delimitação dos horizontes do possível. Assim, a ARS contribui para explicitar os mecanismos pelos quais determinadas frações sociais ampliam sua capacidade de incidência, evidenciando que a formulação da política educacional resulta de uma correlação de forças historicamente situada, na qual a hegemonia se constrói e se reconfigura por meio de relações concretas e estruturadas.

DESENVOLVIMENTO

A operacionalização da Análise de Redes Sociais (ARS) nesta pesquisa partiu da constituição de um banco de dados relacional a partir das transcrições e registros públicos dos 12 webinários promovidos pelo MEC e das 8 audiências públicas realizadas pela CEENSINO. Inicialmente, foram identificados todos os participantes (indivíduos e entidades) com base em sua vinculação institucional no momento da fala. Em seguida, procedeu-se à padronização dos nomes das instituições e à classificação dos atores segundo sua natureza (órgãos estatais, entidades da sociedade civil, organizações empresariais, organismos internacionais, universidades, sindicatos, entre outros), permitindo a construção de uma base consistente para análise relacional, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 1 – AGENTES E ENTIDADES PRESENTES NOS WEBINÁRIOS (MEC) E NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA CEENSINO

Setor	Webinários (MEC)	CEENSINO (Senado Federal)
Estado (órgãos)	Conselho Nacional de	MEC (Sase); Inep; Secretarias estaduais; IBGE;

Setor	Webinários (MEC)	CEENSINO (Senado Federal)
governamentais e burocracia educacional)	Educação; MEC (Sase, Setec); Inep; Capes; Foncede	Secretaria de Qualificação e Trabalho
Gestão educacional (redes públicas)	—	UNDIME
Fóruns e instâncias institucionais	FNE	FNE; Foncede; CONJUVE
Universidades públicas e Institutos Federais	Forte presença (UFPR, Uerj, UnB, USP, UFMG, UFRGS, IFs etc.)	Presença relevante, porém menor e mais dispersa (UFPR, UFBA, UFPE, IFB, IFF, Colégio Pedro II)
Universidades e instituições privadas	PUC-GO; PUC-Rio; Universidade Católica de Brasília	—
Entidades científicas e associações acadêmicas	ANPAE; ABAVE; ANPED; Cedes	ANPED; ANPAE; SBPC
Aparelhos privados de hegemonia (fundações e redes empresariais)	Todos Pela Educação; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária	Todos Pela Educação; Movimento Pela Base
Setor privado educacional (mercado)	—	Confenem; FENEP
Sistema S e setor produtivo	—	Serviço Social da Indústria; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Brasil Startups
Movimentos sociais e sociedade civil	Conaq; Fneei; Fóruns de EJA; coletivos diversos	Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Entidades sindicais e trabalhadores	—	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; Central Única dos Trabalhadores
Entidades estudantis	—	—
Organismos internacionais	UNICEF	—
Especialistas / consultorias / inovação	—	Brasil Startups; assessorias legislativas

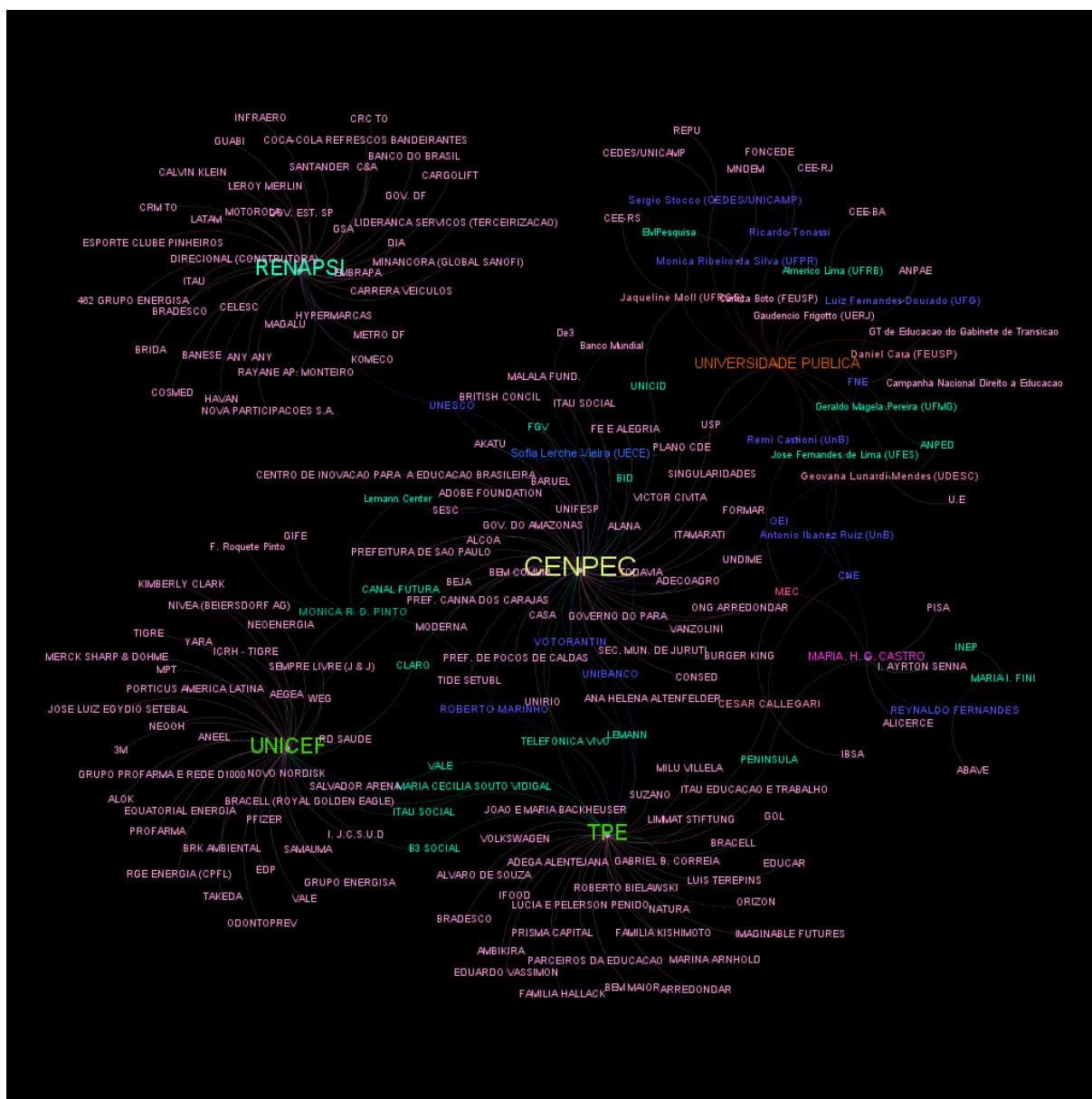
Fonte: Webinários MEC e Audiências Públicas da CEENSINO – elaboração: o autor

A partir desse levantamento, foram mapeadas as conexões institucionais e interinstitucionais entre os atores, considerando vínculos como parecerias formais, financiamento, participação em conselhos, redes e coalizões, bem como trajetórias de circulação de agentes entre o Estado e a sociedade civil. Esses dados foram estruturados em matrizes de adjacência e analisados com o apoio do *software* Gephi, utilizando o algoritmo ForceAtlas2 para espacialização das redes e métricas como grau, centralidade de autovetor e intermediação (*betweenness*) para identificação de posições estratégicas. Tal procedimento permitiu evidenciar não apenas a presença dos atores nos espaços analisados, mas, sobretudo,

sua posição relativa na estrutura da rede, possibilitando apreender empiricamente as relações de força que atravessam o processo de formulação da política educacional.

A análise dos espaços institucionais constituídos pelos webinários do MEC e pelas audiências da CEENSINO evidencia que a disputa em torno da reformulação do ensino médio não se deu em condições simétricas, tampouco em arenas neutras. Em ambos os casos, a configuração relacional entre agentes e entidades revela a presença de um bloco dirigente articulado, cuja capacidade de direção não decorre apenas da ocupação de posições formais, mas, sobretudo, da centralidade nas redes de mediação, circulação e validação de propostas. Para explicitar a configuração relacional específica produzida no interior dos webinários, elaborou-se o Grafo 1, referente exclusivamente às conexões institucionais identificadas entre os participantes desse espaço. Nele, cada nó representa um indivíduo ou entidade vinculada ao debate, enquanto as arestas expressam relações previamente mapeadas, como parcerias, financiamentos, participação em redes, conselhos e trajetórias de circulação entre Estado e sociedade civil. A disposição espacial resultante da aplicação do algoritmo ForceAtlas2 aproxima os atores mais densamente conectados e desloca para a periferia aqueles com menor inserção relacional, permitindo visualizar núcleos de centralidade, zonas de intermediação e posições marginais. Assim, o grafo dos webinários possibilita apreender, de forma concreta, a estrutura das relações de força que atravessaram esse espaço específico da consulta pública.

GRAFO 1: RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DOS AGENTES E ENTIDADES PRESENTES NOS WEBINÁRIOS DA CONSULTA PÚBLICA



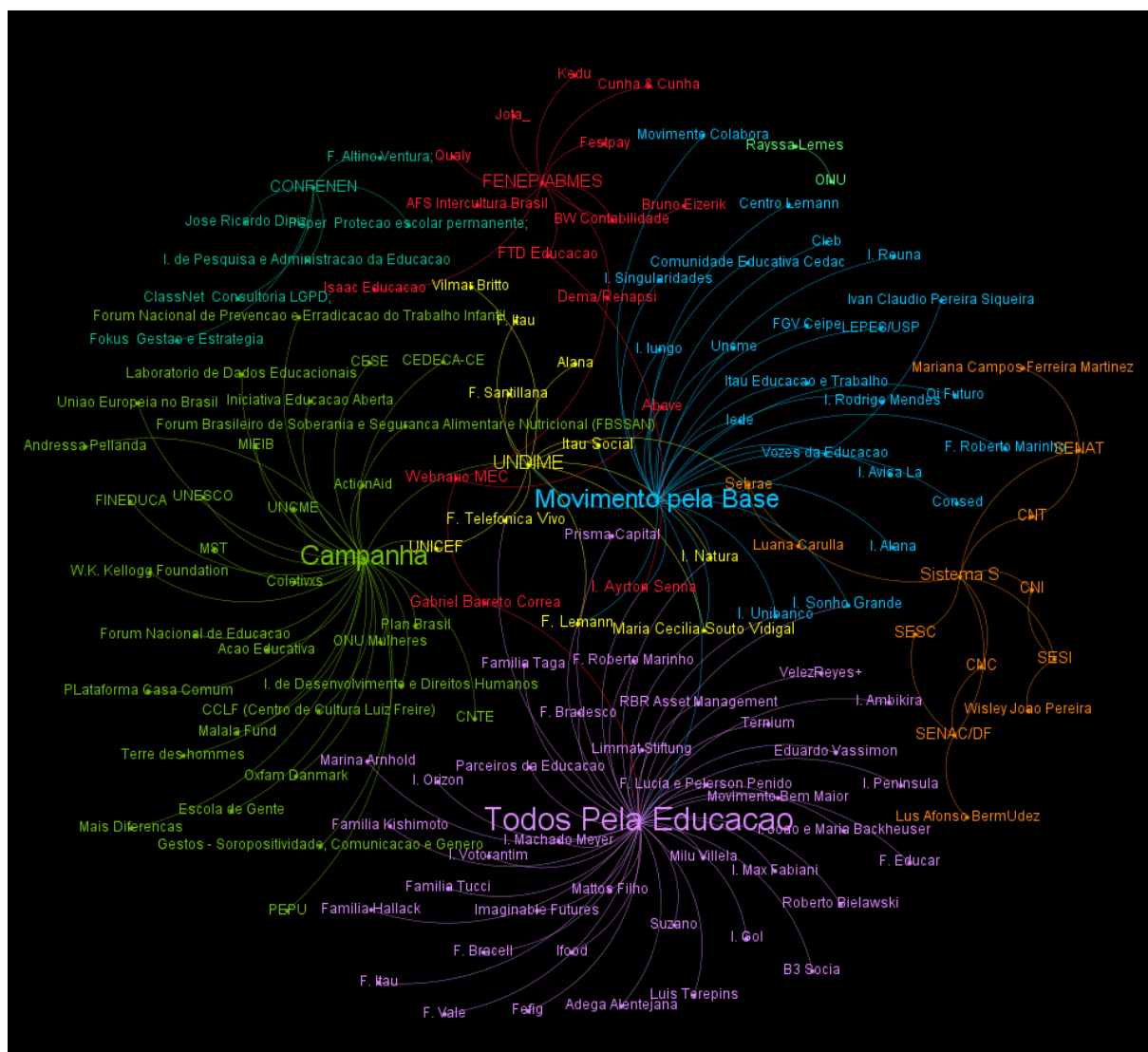
Fonte: Webinários MEC; organização: o autor.

Nos webinários, a composição dos participantes conferiu centralidade a atores técnico-institucionais e ao campo acadêmico, com presença significativa de pesquisadores vinculados a universidades públicas, os quais formularam críticas sistemáticas à fragmentação curricular, à redução da formação geral e à subordinação da escola às demandas do mercado. Esse conjunto de agentes estruturou um polo crítico com elevada densidade interna, articulado também a entidades como o Fórum Nacional de Educação.

A análise relacional, entretanto, indica que esse polo não ocupava posições de intermediação estratégica, apesar de numericamente mais representativo. Ao contrário, os fluxos de validação institucional e de circulação de agendas se concentravam em atores com forte inserção em redes empresariais e transnacionais, como o Todos Pela Educação (TPE), o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI), frequentemente articulados com organismos internacionais como Unesco, Unicef e BID. Como mostra o Grafo 1 da análise das relações interinstitucionais, esses atores operaram, no processo de consulta, como polos de legitimação, concentrando conexões de entrada e exercendo influência desproporcional na conformação do debate. O próprio MEC, longe de assumir uma posição de direção, apareceu como um nó de mediação, conectado a esses circuitos, indicando um deslocamento da centralidade decisória para redes híbridas que articulam Estado e sociedade civil.

A configuração evidenciada nos webinários se reestrutura nas audiências públicas da CEENSINO, onde a ampliação formal da participação social não altera o caráter assimétrico da disputa, mas a reorganiza em um plano mais diretamente político-institucional. Nesse espaço, além da permanência de representantes do MEC, do INEP e de universidades públicas, observa-se a entrada de novos atores com forte capacidade de incidência, como o Sistema S (Sesi; Senai; Senat; Sebrae) cuja participação havia sido reivindicada explicitamente pelo senador Izalci Lucas. A presença desses agentes introduz de forma mais direta os interesses do setor produtivo na definição curricular, sobretudo na defesa da educação profissional e da flexibilização orientada ao mercado de trabalho. Essa reconfiguração relacional pode ser visualizada no Grafo 2, que sintetiza as conexões institucionais e interinstitucionais estabelecidas no âmbito das audiências públicas, permitindo identificar centralidades, mediações e posições periféricas no interior dessa arena.

GRAFO 2: RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DOS AGENTES E ENTIDADES PRESENTES NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DAS CEENSINO



Fonte: CEENSINO; organização: o autor.

No interior dessa arena, organizações como o TPE e o Movimento Pela Base – vinculado diretamente à Fundação Lemann – mantêm posições centrais, agora reforçadas por uma rede mais ampla de fundações e institutos. A análise das relações interinstitucionais demonstra que essas entidades não apenas participam do debate, mas operam como articuladoras de um núcleo coeso, com elevada centralidade de grau e de autovetor. Esse núcleo estabelece conexões densas com agentes do Estado, gestores públicos e organismos internacionais, configurando um polo hegemônico com capacidade de intermediação e controle dos fluxos de informação e legitimidade.

A posição de mediação exercida por determinados agentes evidencia com maior nitidez essa estrutura. Marcus Vinícius Barão Rocha, vinculado ao Conselho Nacional da Juventude, aparece como um dos principais *hubs* de rede, articulando conselhos governamentais, fundações empresariais, iniciativas caracterizadas como de inovação e espaços midiáticos. Sua atuação conecta diferentes esferas – juventude, empreendedorismo, políticas públicas – e exemplifica o papel dos intermediários na produção de consensos. De modo semelhante, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) ocupa posição estratégica, com alta capilaridade institucional, funcionando como elo entre os sistemas municipais de ensino e os núcleos de formulação de políticas, frequentemente em parceria com fundações e institutos privados.

Em contraste, o campo crítico, composto pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), apresenta forte coesão interna, mas permanece relativamente isolado dos centros decisórios. As intervenções de seus respectivos representantes expressaram uma crítica consistente à fragmentação curricular, à dualização da formação e à subordinação da escola pública à lógica da empregabilidade. Contudo, essas posições não se traduziram em capacidade equivalente de articulação interinstitucional, o que limitou sua incidência sobre os encaminhamentos efetivos da política.

A estrutura da rede revela, assim, a existência de clusters relativamente fechados: um técnico-empresarial altamente conectado e central; um conjunto de instituições estatais que operam como filtros e mediadores; e blocos acadêmicos e sindicais densos, porém periféricos. A baixa densidade de conexões entre esses grupos indica que a circulação de propostas não ocorre de forma horizontal, mas é mediada por pontos específicos de controle, nos quais determinadas agendas são selecionadas, reformuladas e incorporadas, enquanto outras são marginalizadas.

Essa configuração permite compreender por que a ampliação da participação nas audiências não se converteu em pluralidade substantiva. Embora esteja presentes representantes de movimentos sociais, sindicatos, associações científicas do campo da educação e universidades, a capacidade de definir os termos do debate permanece concentrada em atores que ocupam posições estratégicas na rede. O que se observa, portanto, é uma configuração na qual a hegemonia se realiza não pela exclusão dos atores dissidentes, mas pela sua incorporação subordinada em uma rede hierárquica, na qual poucos “nós”

concentram a capacidade de decisão. É nesse terreno que se definem os rumos da política educacional: não apenas no conteúdo dos discursos, mas na estrutura das relações que determina quem pode efetivamente transformar propostas em diretrizes.

Quando comparados, os dois grafos revelam diferentes composições da mesma disputa pela direção da política educacional. Nos webinários do MEC, observa-se maior presença relativa de universidades públicas e institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pesquisadores, entidades científicas, compondo um espaço em que o debate educacional aparece mais fortemente mediado por especialistas, trajetórias acadêmicas e formulações técnico-científicas. Ao mesmo tempo, também se fazem presentes organizações empresariais, fóruns institucionais, organismos internacionais e representantes do poder público, indicando que a pluralidade formal do espaço convivia com a atuação de agentes já dotados de capacidade organizativa e influência relacional.

Nas audiências públicas da CEENSINO, essa composição se desloca sem alterar substancialmente a lógica da disputa. Permanece a presença de órgãos governamentais, universidades, associações científicas e entidades da sociedade civil, mas amplia-se o peso relativo de representantes empresariais, do Sistema S, de organizações privadas de ensino e de agentes vinculados diretamente à burocracia estatal e ao legislativo. O debate passa, assim, a incorporar de forma mais intensa interesses organizados relacionados à formação profissional, ao mercado educacional e aos mecanismos institucionais de regulação da política.

Se no Grafo 1 se destaca numericamente a presença do campo acadêmico e educacional público, no Grafo 2 ganha maior densidade a articulação entre Estado, setor produtivo e organizações empresariais. Em ambos os casos, contudo, a assimetria estrutural permanece: a diversidade de participantes não elimina o fato de que os nós com maior capacidade de conexão, mediação e circulação de agendas tendem a concentrar-se em atores institucionalmente mais organizados e dotados de maiores recursos políticos e sociais. Assim, os dois grafos expressam momentos complementares de uma mesma correlação de forças, na qual diferentes frações buscam dirigir os rumos da reformulação do ensino médio por meio de distintas posições no interior da rede.

Do ponto de vista estrutural, os grafos evidenciam redes fortemente hierarquizadas e assimétricas, nas quais a distribuição das conexões se concentra em número reduzido de nós centrais, enquanto grande parte dos participantes ocupa posições periféricas com baixa capacidade de intermediação. No Grafo 1, referente aos webinários do MEC, observa-se maior dispersão espacial e número mais amplo de atores vinculados ao campo educacional,

especialmente universidades públicas, entidades científicas e organismos relacionados à gestão educacional. Ainda assim, os principais polos de centralidade concentram-se em organizações como CENPEC, Todos Pela Educação, UNICEF e RENAPSI, que articulam múltiplos vínculos com agentes públicos, fundações e institutos empresariais, organismos internacionais e instituições acadêmicas. A presença de numerosos nós periféricos conectados a esses centros indica estrutura radial, na qual poucos atores funcionam como eixos organizadores da rede. No Grafo 2, relativo às audiências da CEENSINO, a rede apresenta configuração mais condensada e modularizada, com clusters mais nítidos e maior proximidade entre núcleos centrais. Destacam-se como polos de elevada centralidade o Movimento Pela Base, Todos Pela Educação, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Undime e Sistema S, cada qual articulado a sub-redes específicas. Tal arranjo revela maior especialização funcional dos agrupamentos e reforça o papel de atores capazes de estabelecer pontes entre blocos distintos. Em ambos os casos, a correlação de forças não se expressa apenas pelo número formal de participantes em cada arena, mas principalmente pela posição ocupada no interior da malha relacional.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar as relações de força expressas nos espaços instituídos para o debate sobre a reformulação do Novo Ensino Médio em 2023, tomando como objeto os webinários promovidos pelo MEC e as audiências públicas realizadas no âmbito da CEENSINO, no Senado Federal. A partir da Análise de Redes Sociais, foi possível demonstrar que tais arenas não constituíram espaços neutros de deliberação, tampouco ambientes marcados por simetria entre os participantes. Embora formalmente abertas à pluralidade de vozes, as duas redes apresentaram forte concentração de centralidade em número reduzido de atores, capazes de articular conexões estratégicas, circular agendas e exercer funções privilegiadas de mediação. Assim, a capacidade efetiva de incidência sobre os rumos da política educacional mostrou-se condicionada menos pela presença numérica dos grupos e mais pela posição ocupada no interior da estrutura relacional.

Os resultados evidenciaram que nos webinários houve maior presença relativa de universidades públicas, institutos federais, pesquisadores e entidades científicas, compondo um espaço no qual o debate apareceu fortemente mediado por especialistas e formulações técnico-pedagógicas. Ainda assim, organizações como o Todos Pela Educação, CENPEC,

UNICEF e RENAPSI ocuparam posições centrais na rede, conectando diferentes setores e concentrando capacidade de influência. Nas audiências públicas da CEENSINO, por sua vez, ampliou-se o peso relativo de representantes empresariais, do Sistema S, de organizações privadas de ensino e de agentes vinculados diretamente ao aparato estatal e legislativo. Em ambas as arenas, contudo, manteve-se uma assimetria estrutural: atores críticos e defensores da escola pública estiveram presentes e formularam contraposições relevantes, mas não ocuparam, em geral, os principais nós de intermediação e comando relacional.

Em perspectiva gramsciana, os achados permitem compreender que a disputa em torno da reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017) ultrapassa o plano imediato dos discursos e se inscreve em um processo mais amplo de construção de hegemonia. O que os grafos tornam visível é a atuação de aparelhos privados de hegemonia e de redes híbridas que articulam fundações e institutos empresariais, organismos internacionais, burocracias estatais e entidade da sociedade civil na produção de consensos e na delimitação dos horizontes possíveis da política educacional. Desse modo, o Estado aparece menos como instância isolada de decisão e mais como parte de um Estado integral, atravessado por mediações e disputas entre diferentes frações sociais que buscam dirigir intelectual e moralmente o conjunto da sociedade.

Do ponto de vista metodológico, o estudo reafirma a potência da ARS para a pesquisa em políticas educacionais, ao permitir apreender dimensões frequentemente invisibilizadas por abordagens centradas apenas em documentos oficiais ou posições discursivas. Ao evidenciar centralidades, periferias, clusters e funções de intermediação, a ARS possibilita compreender como se organiza concretamente o poder nos processos decisórios. Em um contexto marcado pela intensificação de processos de privatização e governança em rede, compreender quem ocupa o centro das conexões institucionais torna-se condição indispensável para compreender quem, de fato, dirige os rumos da educação pública. Todavia, a centralidade alcançada por organismos empresariais nessas redes não decorre apenas de sua capacidade de representação política ou de articulação institucional imediata, mas também da posição estratégica que ocupam no processo produtivo e na estrutura econômica mais ampla, condição objetiva que amplia seus recursos materiais, organizativos e simbólicos para o exercício da direção intelectual e moral sobre a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 23 set. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 07 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 399, de 8 de março de 2023. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio.** Diário Oficial da União, Brasília, 09 mar. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 07 abr. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em 07 abr. 2023.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 2: Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MINELLA, Ary Cesar. Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. Revista **Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 28, n. 83, p. 185-194, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gh5nZ695zDPMWjxDDRyFy7p/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2024.
- SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; LARA, Ângela Mara de Barro (Org.). **Políticas para a educação: análises e apontamentos.** Maringá, PR: EDUEM, 2011, v. 1, p. 15-38.
- SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21–38, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Redes para reconversão docente. In: FIUZA, Alexandre Felipe; CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da (Org.). **Política, Educação e Cultura.** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2008, v. 1, p. 33-54.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “✓” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	OK
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	OK
Formato de papel A4	OK
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	OK
Fonte Times New Roman, tamanho 12	OK
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	OK
Espaço entre linhas de 1,5	OK
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	OK
Conversão do arquivo em .pdf	OK